

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica do Ministério Público é um espaço de reflexão crítica, produção científica e difusão de conhecimentos que dialogam diretamente com a realidade social, política e jurídica do Brasil. Seu objetivo é fomentar o debate e oferecer ao público – membros da instituição, operadores do Direito, estudantes e sociedade em geral – análises sobre temas atuais e relevantes que possam auxiliar na melhor compreensão dos desafios do presente.

Nesta edição, o leitor encontrará artigos que transitam entre diferentes áreas do Direito e da vida em sociedade. São abordados, por exemplo, o transtorno de personalidade narcisista e sua relação com a criminalidade, temática que contribui para a compreensão de condutas delitivas sob a ótica do direito penal e da psicologia; bem como um estudo sobre as tendências do assédio sexual contra mulheres no Brasil, com análise de dados recentes e os efeitos das inovações tecnológicas no processo judicial, como forma de identificar boas práticas e oportunidades para melhorar a resposta judiciária no combate a essa forma de violência.

No campo do Direito Público, destacam-se reflexões sobre o princípio da confiança legítima na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Amazonas como óbice à discricionariedade estatal, além de um debate essencial acerca das compras públicas e irregularidades em processos licitatórios, especialmente quanto ao objeto genérico e à superestimativa quantitativa, que podem evidenciar indícios de atos ímprobos ou mesmo criminosos.

A revista também abre espaço para a análise de problemáticas ambientais contemporâneas, apresentando um artigo sobre eventos extremos ocorridos recentemente no Brasil, como as enchentes no Rio Grande do Sul e as secas recordes no Amazonas, fenômenos que podem estar relacionados às mudanças climáticas e que desafiam tanto a proteção ambiental quanto a atuação do poder público na garantia de direitos fundamentais.

A seleção dos artigos desta revista foi pensada para estimular a reflexão, enriquecer o debate e fortalecer a atuação do Ministério Público e de todos que se interessam pelo Direito e pela justiça social. Convidamos todos os leitores a apreciar esta obra, que se constitui não apenas como fonte de conhecimento, mas também como instrumento de aperfeiçoamento funcional, fortalecendo a atuação do Ministério Público e de todos os operadores do Direito.

Aurely Freitas Germano Penha

Coordenadora-Geral da RJMP

Chefe do CEAF